

Medida fortaleceria política econômica, afirma Trevisan

Já analista político acredita que idéia revela 'mudança de estratégia' do governo

SONIA RACY
e MILTON F. DA ROCHA FILHO

Habitual interlocutor do ministro José Dirceu, o consultor Antoninho Marmo Trevisan explicou ontem que a idéia do ministro é usar um pacto nacional, em caso de agravamento da crise externa, para manter a política econômica. "Diante da pressão dos mercados, só a política monetária não será suficiente", diz. Essa seria a linha a ser adotada para fortalecer a atual política, abrindo espaço para o crescimento e evitando a recessão. "Aí, então, poderia haver mais ousadia e avançar no que se refere à política econômica."

Para o analista político Christopher Garman, da Tendências Consultoria, a idéia indica uma mudança de estratégia do governo. "A relevância do discurso vale pouco pela proposta em si", afirmou ele, ontem à tarde. Idêntica avaliação foi feita pelo cientista político Marco Antônio Carvalho Teixeira, da PUC – o governo tenta sair da defensiva, adotando um tom proposi-

tivo, independentemente do sucesso da proposta.

Garman ponderou que Dirceu talvez esteja preparando terreno para eventuais dificuldades futuras, em função da alta do petróleo ou da alta dos juros nos Estados Unidos. "É parte de uma estratégia de despoliticizar a política econômica e retirar o foco das questões internas", completou Garman. Ou seja, "perante um quadro internacional adverso, será essencial ao governo explicitar à opinião pública que as dificuldades econômicas provêm de fatores externos".

"Um pacto pressupõe consenso", afirmou Teixeira, ponderando que é necessário sobretudo quando há interesses feridos. Para ele, o próprio PT está fragmentado e o mesmo ocorre na base governista. Se o governo recompusesse sua força, com um arco de alianças forte, Teixeira acha que a retomada do prestígio facilitaria o pacto.

O ex-presidente do Banco Central Carlos Geraldo Langoni entende que o problema da vulnerabilidade do Brasil a choques externos não está relacio-

nado à ausência de pactos, mas à falta de confiança de que o processo de mudança econômica seja sustentável. "A reforma macroeconômica tem de estar acima dos interesses políticos de curto prazo. É necessário colocar a estabilidade macroeconômica como precondição para a expansão sadia e sustentável", disse Langoni, professor da Fundação Getúlio Vargas.

Para Langoni, o Brasil ainda está no meio do processo de ajustes, razão pela qual o governo precisa dar sinais claros de que não vai mudar o rigor fiscal e monetário. "Para contrapor esses choques externos negati-

vos, o Brasil precisa de choques externos positivos", ponderou, acrescentando que o governo "precisa deixar de lado essa visão preconceituosa e míope em relação à Alca".

PROBLEMA
É FALTA DE
CONFIANÇA,
DIZ LANGONI

Outro ex-presidente do BC, Gustavo Loyola, da Tendências, acha que a forte alta dos preços do petróleo no mercado internacional não deve se sustentar. Ele é contrário ao uso da Petrobrás pelo governo como "colchão" para evitar impactos na economia. Segundo Loyola, se for necessário um ajuste no preço dos combustíveis, "que assim seja feito", algo melhor do que "ficar escondendo". (Colaboraram Rita Tavares e Vladimir Goitia)